



Concurso Público para provimento de cargos de

**Analista Judiciário
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este Caderno de Questões ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova Discursiva - Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se à crônica abaixo, publicada em 28/08/1991.

Bom para o sorveteiro

Por alguma razão inconsciente, eu fugia da notícia. Mas a notícia me perseguia. Até no avião, o único jornal abria na minha cara o drama da baleia encalhada na praia de Saquarema. Afinal, depois de quase três dias se debatendo na areia da praia e na tela da televisão, o filhote de jubarte conseguiu ser devolvido ao mar. Até a União Soviética acabou, como foi dito por locutores especializados em necrológico eufórico. Mas o drama da baleia não acabava. Centenas de curiosos foram lá apreciar aquela montanha de força a se esfalfar em vão na luta pela sobrevivência. Um belo espetáculo.

À noite, cessava o trabalho, ou a diversão. Mas já ao raiar do dia, sem recursos, com simples cordas e as próprias mãos, todos se empenhavam no lúcido objetivo comum. Comum, vírgula. O sorveteiro vendeu centenas de picolés. Por ele a baleia ficava encalhada por mais duas ou três semanas. Uma santa senhora teve a feliz ideia de levar pastéis e empadinhas para vender com ágio. Um malvado sugeriu que se desse por perdida a batalha e se começasse logo a repartir os bifés.

Em 1966, uma baleia adulta foi parar ali mesmo e em quinze minutos estava toda retalhada. Muitos se lembravam da alegria voraz com que foram disputadas as toneladas da vítima. Essa de agora teve mais sorte. Foi salva graças à religião ecológica que anda na moda e que por um momento estabeleceu uma trégua entre todos nós, animais de sangue quente ou de sangue frio.

Até que enfim chegou uma traineira da Petrobrás. Logo uma estatal, ó céus, num momento em que é preciso dar provas da eficácia da empresa privada. De qualquer forma, eu já podia recolher a minha aflição. Metáfora fácil, lá se foi, espero que salva, a baleia de Saquarema. O maior animal do mundo, assim frágil, à mercê de curiosos. À noite, sonhei com o Brasil encalhado na areia diabólica da inflação. A bordo, uma tripulação de camelôs anunciava umas bugigangas. Tudo fala. Tudo é símbolo.

(Otto Lara Resende, **Folha de S. Paulo**)

1. O cronista ressalta aspectos **contrastantes** do caso de Saquarema, tal como se observa na relação entre estas duas expressões:
- (A) *drama da baleia encalhada e três dias se debatendo na areia.*
 - (B) *em quinze minutos estava toda retalhada e foram disputadas as toneladas da vítima.*
 - (C) *se esfalfar em vão na luta pela sobrevivência e levar pastéis e empadinhas para vender com ágio.*
 - (D) *o filhote de jubarte conseguiu ser devolvido ao mar e lá se foi, espero que salva, a baleia de Saquarema.*
 - (E) *Até que enfim chegou uma traineira da Petrobrás e Logo uma estatal, ó céus.*

2. Atente para as seguintes afirmações sobre o texto:
- I. A analogia entre a baleia e a União Soviética insinua, entre outros termos de aproximação, o encaixe dos gigantes.
 - II. As reações dos envolvidos no episódio da baleia encalhada revelam que, acima das diferentes providências, atinham-se todos a um mesmo propósito.
 - III. A expressão *Tudo é símbolo* prende-se ao fato de que o autor aproveitou o episódio da baleia encalhada para também figurar o encaixe de um país imobilizado pela alta inflação.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) III, apenas.
3. Foram **irrelevantes** para a salvação da baleia estes **dois** fatores:
- (A) o necrológico da União Soviética e os serviços da traineira da Petrobrás.
 - (B) o prestígio dos valores ecológicos e o empenho no lúcido objetivo comum.
 - (C) o fato de a jubarte ser um animal de sangue frio e o prestígio dos valores ecológicos.
 - (D) o fato de a Petrobrás ser uma empresa estatal e as iniciativas que couberam a uma traineira.
 - (E) o aproveitamento comercial da situação e a força descomunal empregada pela jubarte.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *em necrológico eufórico* (1º parágrafo) = em façanha mortal.
 - (B) *Comum, vírgula* (2º parágrafo) = Geral, mas nem tanto.
 - (C) *que se desse por perdida a batalha* (2º parágrafo) = que se imaginasse o efeito de uma derrota.
 - (D) *estabeleceu uma trégua entre todos nós* (3º parágrafo) = derogou uma imunidade para nós todos.
 - (E) *é preciso dar provas da eficácia* (4º parágrafo) = convém explicitar os bons propósitos.

5. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal em:
- (A) À noite, davam-se aos trabalhos de poucos e à diversão de muitos uma trégua oportuna, para tudo recomeçar na manhã seguinte.
 - (B) Aos esforços brutais da jubarte não correspondiam qualquer efeito prático, nenhum avanço obtinha o gigante encalhado na areia.
 - (C) Sempre haverá de aparecer aqueles que, diante de um espetáculo trágico, logram explorá-lo como oportunidade de comércio.
 - (D) Como se vê, cabe aos bons princípios ecológicos estimular a salvação das baleias, seja no alto-mar, seja na areia da praia.
 - (E) Da baleia encalhada em 1966 não restou, lembranos o autor, senão as postas em que a cruel voracidade dos presentes retalhou o animal.



6. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o último parágrafo do texto.

- (A) Apesar de tratar do drama ocorrido com uma baleia, o cronista não deixa de aludir a circunstâncias nacionais, como o impulso para as privatizações e os custos da alta inflação.
- (B) Mormente tratando de uma jubarte enalhado, o cronista não obsta em tratar de assuntos da pauta nacional, como a inflação ou o processo empresarial das privatizações.
- (C) Vê-se que um cronista pode assumir, como aqui ocorreu, o papel tanto de um repórter curioso como analisar fatos oportunos, qual seja a escalada inflacionária ou a privatização.
- (D) O incidente da jubarte enalhado não impediu de que o cronista se valesse de tal episódio para opinar diante de outros fatos, haja vista a inflação nacional ou a escalada das privatizações.
- (E) Ao bom cronista ocorre associar um episódio como o da jubarte com a natureza de outros, bem distintos, sejam os da economia inflacionada, sejam o crescente prestígio das privatizações.

7. Analisando-se aspectos sintáticos de frases do texto, é correto afirmar que em

- (A) *Muitos se lembravam da alegria voraz com que foram disputadas as toneladas da vítima* as formas verbais sublinhadas têm um mesmo sujeito.
- (B) *todos se empenhavam no lúcido objetivo comum* configura-se um caso de indeterminação do sujeito.
- (C) *uma tripulação de camelôs anunciava umas bugigangas* a voz verbal é ativa, sendo *umas bugigangas* o objeto direto.
- (D) *eu já podia recolher a minha aflição* não há a possibilidade de transposição para outra voz verbal.
- (E) *Logo uma estatal, ó céus* o elemento sublinhado exerce a função de adjunto adverbial de tempo.

8. Está **inadequada** a correlação entre tempos e modos verbais no seguinte caso:

- (A) Muitos se lembrariam da alegria voraz com que eram disputadas as toneladas da vítima.
- (B) Foi salva graças à religião ecológica que andava na moda e que por um momento estabeleceu uma trégua entre todos.
- (C) Um malvado sugere que se dê por perdida a batalha e comecemos logo a repartir os bifés.
- (D) Depois de se haver debatido por três dias na areia da praia a jubarte acabara sendo salva por uma traineira que vinha socorrê-la.
- (E) Já informado do salvamento da baleia, o cronista teve um sonho em que o animal lhe surgiu com a força de um símbolo.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto abaixo.

A razão do mérito e a do voto

Um ministro, ao tempo do governo militar, irritado com a campanha pelas eleições diretas para presidente da República, buscou minimizar a importância do voto com o seguinte argumento: – Será que os passageiros de um avião gostariam de fazer uma eleição para escolher um deles como piloto de seu voo? Ou prefeririam confiar no mérito do profissional mais abalizado?

A perfídia desse argumento está na falsa analogia entre uma função eminentemente técnica e uma função eminentemente política. No fundo, o ministro queria dizer que o governo estava indo muito bem nas mãos dos militares e que estes saberiam melhor que ninguém prosseguir no comando da nação.

Entre a escolha pelo mérito e a escolha pelo voto há necessidades muito distintas. Num concurso público, por exemplo, a avaliação do mérito pessoal do candidato se impõe sobre qualquer outra. A seleção e a classificação de profissionais devem ser processos marcados pela transparência do método e pela adequação aos objetivos. Já a escolha da liderança de uma associação de classe, de um sindicato deve ocorrer em conformidade com o desejo da maioria, que escolhe livremente seu representante. Entre a especialidade técnica e a vocação política há diferenças profundas de natureza, que pedem distintas formas de reconhecimento.

Essas questões vêm à tona quando, em certas instituições, o prestígio do "assembleísmo" surge como absoluto. Há quem pretenda decidir tudo no voto, reconhecendo numa assembleia a "soberania" que a qualifica para a tomada de qualquer decisão. Não por acaso, quando alguém se opõe a essa generalização, lembrando a razão do mérito, ouvem-se diatribes contra a "meritocracia". Eis aí uma tarefa para nós todos: reconhecer, caso a caso, a legitimidade que tem a decisão pelo voto ou pelo reconhecimento da qualificação indispensável. Assim, não elegeremos deputado alguém sem espírito público, nem votaremos no passageiro que deverá pilotar nosso avião.

(Júlio Castanho de Almeida, inédito)

9. Deve-se presumir, com base no texto, que a razão do mérito e a razão do voto devem ser consideradas, diante da tomada de uma decisão,

- (A) complementares, pois em separado nenhuma delas satisfaz o que exige uma situação dada.
- (B) excludentes, já que numa votação não se leva em conta nenhuma questão de mérito.
- (C) excludentes, já que a qualificação por mérito pressupõe que toda votação é ilegítima.
- (D) conciliáveis, desde que as mesmas pessoas que votam sejam as que decidam pelo mérito.
- (E) independentes, visto que cada uma atende a necessidades de bem distintas naturezas.



10. Atente para as seguintes afirmações:
- I. A argumentação do ministro, referida no primeiro parágrafo, é rebatida pelo autor do texto por ser falaciosa e escamotear os reais interesses de quem a formula.
- II. O autor do texto manifesta-se francamente favorável à razão do mérito, a menos que uma situação de real impasse imponha a resolução pelo voto.
- III. A conotação pejorativa que o uso de aspas confere ao termo "assembleísmo" expressa o ponto de vista dos que desconsideram a qualificação técnica.
- Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em
- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.
11. Considerando-se o contexto, são expressões bastante próximas quanto ao sentido:
- (A) *fazer uma eleição e confiar no mérito do profissional.*
- (B) *especialidade técnica e vocação política.*
- (C) *classificação de profissionais e escolha da liderança.*
- (D) *avaliação do mérito e reconhecimento da qualificação.*
- (E) *transparência do método e desejo da maioria.*
12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher de modo adequado a lacuna da seguinte frase:
- (A) As acusações que (**promover**) quem defende o "assembleísmo" baseiam-se na decantada "soberania" das assembleias.
- (B) Não (**convir**) aos radicais da meritocracia admitir que pode haver boas resoluções obtidas pelo critério do voto.
- (C) Por que (**haver**) de caber a um simples passageiro as responsabilidades do comando de uma aeronave?
- (D) O que aos bons políticos não (**poder**) faltar, sobretudo nos momentos de decisão, é o espírito público.
- (E) Não (**caber**) às associações de classe, em assembleias, avaliar o mérito técnico, julgar a qualificação profissional de alguém.
13. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados na frase:
- (A) A argumentação na qual se valeu o ministro baseava-se numa analogia em cuja pretendia confundir função técnica com função política.
- (B) As funções para cujio desempenho exige-se alta habilitação jamais caberão a quem se promova apenas pela aclamação do voto.
- (C) Para muitos, seria preferível uma escolha baseada no consenso do voto do que a promoção pelo mérito onde nem todos confiam.
- (D) A má reputação de que se imputa ao "assembleísmo" é análoga àquela em que se reveste a "meritocracia".
- (E) A convicção de cuja não se afasta o autor do texto é a de que a adoção de um ou outro critério se faça segundo à natureza do caso.
14. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Em qualquer escalão do governo costuma haver mais cedo, ou mais tarde, atritos entre o pessoal técnico-administrativo estabilizado, por concurso, e o pessoal indicado para cargos de confiança que ficam ao sabor, das conveniências políticas.
- (B) Em qualquer escalão, do governo, costuma haver mais cedo ou mais tarde, atritos entre o pessoal técnico-administrativo estabilizado por concurso, e o pessoal indicado para cargos de confiança, que ficam ao sabor das conveniências políticas.
- (C) Em qualquer escalão do governo, costuma haver, mais cedo ou mais tarde, atritos entre o pessoal técnico-administrativo, estabilizado por concurso, e o pessoal indicado para cargos de confiança, que ficam ao sabor das conveniências políticas.
- (D) Em qualquer escalão do governo costuma haver, mais cedo ou mais tarde, atritos, entre o pessoal técnico-administrativo, estabilizado por concurso e o pessoal, indicado para cargos de confiança, que ficam ao sabor das conveniências políticas.
- (E) Em qualquer escalão do governo costuma haver mais cedo, ou mais tarde atritos, entre o pessoal técnico-administrativo estabilizado, por concurso, e o pessoal indicado, para cargos de confiança, que ficam ao sabor das conveniências políticas.



15. Atente para a redação do seguinte comunicado:

Vimos por esse intermédio convocar-lhe para a assembleia geral da próxima sexta-feira, aonde se decidirá os rumos do nosso movimento reivindicatório.

As falhas do texto encontram-se plenamente sanadas em:

- (A) *Vimos, por este intermédio, convocá-lo para a assembleia geral da próxima sexta-feira, quando se decidirão os rumos do nosso movimento reivindicatório.*
- (B) *Vimos por este intermédio convocar-lhe para a assembleia geral da próxima sexta-feira, onde se decidirá os rumos do nosso movimento reivindicatório.*
- (C) *Vimos, por este intermédio, convocar-lhe para a assembleia geral da próxima sexta-feira, em cuja se decidirão os rumos do nosso movimento reivindicatório.*
- (D) *Vimos por esse intermédio convocá-lo para a assembleia geral da próxima sexta-feira, em que se decidirá os rumos do nosso movimento reivindicatório.*
- (E) *Vimos, por este intermédio, convocá-lo para a assembleia geral da próxima sexta-feira, em que se decidirão os rumos do nosso movimento reivindicatório.*

Noções de Informática

16. Em relação a *hardware* e *software*, é correto afirmar:

- (A) Para que um *software* aplicativo esteja pronto para execução no computador, ele deve estar carregado na memória *flash*.
- (B) O fator determinante de diferenciação entre um processador sem memória *cache* e outro com esse recurso reside na velocidade de acesso à memória RAM.
- (C) Processar e controlar as instruções executadas no computador é tarefa típica da unidade de aritmética e lógica.
- (D) O *pendrive* é um dispositivo de armazenamento removível, dotado de memória *flash* e conector USB, que pode ser conectado em vários equipamentos eletrônicos.
- (E) Dispositivos de alta velocidade, tais como discos rígidos e placas de vídeo, conectam-se diretamente ao processador.

17. Sobre *webmail* é INCORRETO afirmar:

- (A) É a forma de acessar o correio eletrônico através da *Web*, usando para tal um navegador (*browser*) e um computador conectado à Internet.
- (B) Exige validação de acesso, portanto, requer nome de usuário e senha.
- (C) Via de regra, uma de suas limitações é o espaço em disco reservado para a caixa de correio, que é gerenciado pelo provedor de acesso.
- (D) HTTP (Hypertext Transfer Protocol) é o protocolo normalmente utilizado no *webmail*.
- (E) É a forma de acessar o correio eletrônico através da *Web*, desde que haja um *software* cliente de *e-mail* instalado no computador.

18. João possui uma pasta em seu computador com um conjunto de arquivos que totalizam 4GB. A mídia de *backup* adequada, dentre outras, para receber uma cópia da pasta é

- (A) DVD-RW.
- (B) CD-R.
- (C) Disquete de 3 e 1/2 polegadas de alta densidade.
- (D) Memória CACHE.
- (E) Memória RAM.

19. Em relação à organização de arquivos, é correto afirmar:

- (A) Uma pasta pode conter apenas arquivos.
- (B) Arquivos e pastas de sistemas podem ser renomeados ou movidos, mas nunca excluídos.
- (C) Dois arquivos com o mesmo nome podem coexistir desde que estejam em pastas ou subpastas diferentes.
- (D) Arquivos podem ser classificados e exibidos de diversas formas, exceto por data da criação.
- (E) Arquivos e pastas de documentos do usuário podem ser renomeados, mas não podem ser movidos.

20. Muitas vezes o alinhamento justificado de parágrafos no *Microsoft Word* deixa grandes espaços entre as palavras, numa mesma linha ou em várias linhas do texto, que podem, além de comprometer a estética do texto, dificultar a leitura. Uma solução para esse problema, no *Microsoft Word 2010*, é habilitar a hifenização automática do texto. Isso pode ser feito por meio da opção Hifenização da guia

- (A) *Layout* da Página.
- (B) Inserir.
- (C) Página Inicial.
- (D) Exibição.
- (E) Parágrafo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Um órgão da Administração direta de determinado Município efetua contratação de serviços que poderiam ser prestados por servidores públicos, sem realizar licitação e sem que o ato que determinou a contratação tivesse sido precedido de justificativa. Nessa hipótese, poderia
- (A) o Ministério Público, por meio de mandado de segurança coletivo, requerer que fosse declarada a ilegalidade da contratação, por ofensa aos princípios constitucionais de realização de licitação e motivação dos atos administrativos.
 - (B) uma associação de servidores públicos municipais, por meio de *habeas data*, requerer a anulação da contratação e a determinação de que seja realizado concurso público para contratação de novos servidores, com vistas ao desempenho das atividades.
 - (C) um servidor público integrante dos quadros do órgão municipal, por meio de mandado de segurança, requerer a anulação do ato praticado pelo dirigente do órgão, por abuso de poder.
 - (D) um cidadão qualquer, por meio de ação popular, requerer a anulação do contrato, por ser lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (E) o Procurador-Geral de Justiça, por meio de mandado de injunção, requerer que fosse declarada a omissão do Poder Público municipal no cumprimento de sua obrigação de prestar serviços.
22. Na hipótese de um Estado-membro da federação pretender legislar sobre direito eleitoral,
- (A) dependerá de lei complementar federal que autorize os Estados a legislar sobre questões específicas da matéria.
 - (B) não poderá atingir seu objetivo, por se tratar de competência privativa da União, nos termos da Constituição da República.
 - (C) poderia fazê-lo, desde que inexistisse lei federal sobre a matéria.
 - (D) terá a lei estadual sua eficácia eventualmente suspensa naquilo que for contrária a lei federal superveniente.
 - (E) poderia exercer competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, desde que inexistisse lei federal sobre normas gerais na matéria.
23. João, filho de pai brasileiro e mãe espanhola, nascido na França, por ocasião de serviços diplomáticos prestados naquele Estado por seu pai à República Federativa do Brasil, reside há dez anos ininterruptos no país e pretende candidatar-se a Presidente da República. Nesse caso, considerada exclusivamente a exigência relativa à nacionalidade, João
- (A) não poderá candidatar-se, por se tratar de cargo reservado a brasileiros natos e João ser estrangeiro, à luz da Constituição da República.
 - (B) poderá candidatar-se, por ser considerado brasileiro nato, atendendo a essa condição de elegibilidade, nos termos da Constituição da República.
 - (C) poderá candidatar-se, desde que possua idoneidade moral e adquira a nacionalidade brasileira, na forma da lei, por já residir há mais de um ano ininterrupto no país.
 - (D) poderá candidatar-se, desde que resida por mais cinco anos ininterruptos no país, não sofra condenação criminal e requeira a nacionalidade brasileira.
 - (E) poderá candidatar-se, desde que opte pela nacionalidade brasileira, a qualquer tempo.
24. Em reconhecimento à internacionalização da matéria relativa a direitos e garantias fundamentais, a Constituição da República estabelece que
- (A) tratados internacionais, em matéria de direitos humanos, serão equivalentes a emendas constitucionais se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, mediante recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado internacional.
 - (C) o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
 - (D) competem originariamente aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar as causas relativas a graves violações de direitos humanos.
 - (E) a República Federativa do Brasil submete-se à jurisdição de qualquer Tribunal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão, salvo do Tribunal Penal Internacional.
25. Considere a seguinte ementa de acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF):
- "SAÚDE – ASSISTÊNCIA – MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO – FORNECIMENTO. Possui repercussão geral controversa sobre a obrigatoriedade de o Poder Público fornecer medicamento de alto custo.
- Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada."
- (Rel. Min. Marco Aurélio, publ. DJ 7/12/2007)
- Diante das competências atribuídas pela Constituição da República ao STF, é possível concluir que o caso em questão se refere a julgamento de
- (A) ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.
 - (B) ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.
 - (C) súmula vinculante, aprovada pela maioria absoluta do Tribunal.
 - (D) recurso especial.
 - (E) recurso extraordinário.
26. Considere as seguintes afirmações a respeito de organização e competências da Justiça Eleitoral, em conformidade com a disciplina da matéria na Constituição da República:
- I. Compete à lei complementar dispor sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.
 - II. Os Tribunais Regionais Eleitorais compõem-se de sete membros, sendo: quatro eleitos por voto secreto, no âmbito da Justiça estadual; um escolhido pelo Tribunal Regional Federal respectivo; dois nomeados pelo Presidente da República, a partir de indicações do Tribunal de Justiça.
 - III. São irrecorríveis as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, salvo as que contrariarem a Constituição da República e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.
- Está correto o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.



Direito Eleitoral

27. A convenção do partido Alpha escolheu, dentre outros, Tício e Tércio para candidatos a Deputado Federal e Deputado Estadual, respectivamente. Publicada a lista dos candidatos pela Justiça Eleitoral, verificou-se que os registros das candidaturas de Tício e Tércio não haviam sido requeridos pelo partido. Nesse caso, Tício e Tércio

- (A) não poderão concorrer às eleições, podendo apenas reclamar da omissão ao órgão de direção nacional.
- (B) só poderão concorrer às eleições se a Justiça Eleitoral conceder prazo suplementar ao partido Alpha para formalizar os requerimentos de registro.
- (C) poderão requerer o registro de suas candidaturas perante a Justiça Eleitoral dentro das quarenta e oito horas seguintes à publicação da lista de candidatos.
- (D) só poderão concorrer às eleições se o partido Alpha formular o requerimento de registro de suas candidaturas no prazo de três dias em relação a Tício e de cinco dias em relação a Tércio.
- (E) deverão ajuizar ação de obrigação de fazer contra o partido Alpha para obrigá-lo a requerer o registro.

28. No que concerne à propaganda no horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, é correto afirmar que

- (A) o tempo diário de cada partido, se houver segundo turno, será proporcional à votação obtida no primeiro turno.
- (B) é permitida a utilização da propaganda de candidaturas proporcionais como propaganda de candidaturas majoritárias e vice-versa.
- (C) é permitida, no segundo turno das eleições, nos programas eleitorais de cada partido, a participação de filiados a partidos que tenham formalizado apoio a outros candidatos.
- (D) a Justiça Eleitoral fará corte instantâneo de programa eleitoral gratuito ofensivo à honra de candidato, à moral e aos bons costumes.
- (E) é permitido ao partido político utilizar na propaganda eleitoral de seus candidatos, em âmbito regional, a imagem e a voz de candidato ou militante de partido político que integre a sua coligação em âmbito nacional.

29. Um dos candidatos a Prefeito Municipal de determinado município teve o pedido de registro impugnado, tendo o Juiz Eleitoral, afinal, declarado a sua inelegibilidade. A decisão transitou em julgado e o registro do referido candidato foi cancelado após o termo final do prazo de registro. Nesse caso,

- (A) o partido deverá convocar nova convenção partidária para a escolha do substituto.
- (B) o candidato a Vice-Prefeito disputará a eleição como candidato a Prefeito Municipal.
- (C) a Comissão Executiva do respectivo partido poderá fazer a escolha do substituto.
- (D) não será possível a substituição por já ter se encerrado o prazo legal para registro de candidaturas.
- (E) o candidato cujo registro foi cancelado poderá disputar a eleição e, se for eleito, assumirá o candidato a Vice-Prefeito.

30. Num município do interior do Estado, tendo em conta a existência de bairro populoso muito distante da sede, os partidos políticos fretaram dois ônibus para transportar eleitores até os locais de votação. Essa prática

- (A) é vedada e constitui crime eleitoral.
- (B) é permitida, se não houver transporte público regular.
- (C) é permitida porque não foi feita por um único partido.
- (D) só é permitida se for comunicada à Justiça Eleitoral com antecedência.
- (E) é permitida se nada for cobrado dos eleitores que utilizarem os veículos.

31. A respeito da propaganda eleitoral em geral, considere:

- I. No dia das eleições, um grupo de cerca de cem pessoas, portando bandeiras, broches, dísticos e adesivos indicativos de preferência por determinado candidato, realizou uma passeata pelas principais avenidas da cidade.
- II. No dia que antecede as eleições, o partido Alpha manteve carro de som, transitando pelas ruas da cidade até as vinte e duas horas, divulgando mensagem de seus candidatos.
- III. Dois dias antes das eleições, o comitê do candidato do partido Beta realizou distribuição de canetas, camisetas e chaveiros com gravação de mensagem deste.
- IV. No dia que antecede as eleições, durante o período da tarde, o partido Gama realizou carreta de encerramento da campanha pelas ruas da cidade.

São vedadas as condutas indicadas SOMENTE em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

32. O delegado de um partido político, no exercício da fiscalização, constatou a existência de processo de exclusão injustificada de um eleitor e a inscrição ilegal de outro. Nesse caso, o partido

- (A) não pode requerer a exclusão do eleitor inscrito ilegalmente, nem assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida, podendo somente comunicar os fatos ao Ministério Público Eleitoral.
- (B) pode requerer a exclusão do eleitor inscrito ilegalmente, mas não pode assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.
- (C) pode assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida, mas não pode requerer a exclusão do eleitor inscrito ilegalmente.
- (D) pode requerer a exclusão do eleitor inscrito ilegalmente, bem como assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida.
- (E) só pode requerer a exclusão do eleitor inscrito ilegalmente, bem como assumir a defesa do eleitor cuja exclusão esteja sendo promovida, se ambos tiverem sido candidatos a cargos eletivos por sua legenda.

**Direito Administrativo**

33. O Departamento de Estradas de Rodagem – DER, autarquia estadual, contratou, mediante prévio procedimento licitatório, obras de duplicação de uma rodovia estadual. No curso da execução das obras, viu-se obrigado a rescindir o contrato, em face da incapacidade técnica superveniente da contratada, restando, assim, remanescente de obras a serem concluídas. De acordo com a Lei nº 8.666/1993, o DER
- (A) está obrigado a efetuar novo procedimento licitatório para a contratação da execução do remanescente das obras, podendo, contudo, fazê-lo sob a modalidade convite, independentemente do valor da contratação.
 - (B) poderá declarar a inexigibilidade de licitação, desde que por ato fundamentado da autoridade e comprovado o interesse público envolvido, não podendo o preço contratado superar o da licitação anterior, devidamente corrigido.
 - (C) poderá contratar o remanescente de obra com dispensa de licitação apenas se comprovar situação de emergência ou de calamidade pública, bem como a compatibilidade do preço com os praticados no mercado.
 - (D) está obrigado a efetuar novo procedimento licitatório, que poderá adotar a modalidade pregão eletrônico, com a participação dos licitantes do certame que deu origem à contratação original, os quais deverão apresentar, como primeira proposta, o preço ofertado pelo licitante vencedor, devidamente corrigido.
 - (E) poderá dispensar o procedimento licitatório e contratar o remanescente da obra com licitante habilitado na licitação anterior, desde que atendida a ordem de classificação daquela licitação e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
34. A revogação de um ato administrativo
- (A) é prerrogativa da Administração, de caráter discricionário, consistente na extinção de um ato válido por razões de conveniência e oportunidade.
 - (B) constitui atuação vinculada da Administração, na medida em que, em face da indisponibilidade do interesse público, a Administração está obrigada a revogar atos maculados por vício de oportunidade.
 - (C) pode ser declarada tanto pela Administração como pelo Poder Judiciário, quando identificado que o ato se tornou inconveniente ou inoportuno do ponto de vista do interesse público.
 - (D) somente pode ser procedida por autoridade hierarquicamente superior àquela que praticou o ato, de ofício ou por provocação do interessado, vedada a sua prática pelo Poder Judiciário.
 - (E) constitui prerrogativa da Administração, quando fundada em razões de conveniência e oportunidade, e do Poder Judiciário, quando identificado vício relativo à motivação, competência ou forma.
35. A respeito dos elementos constitutivos dos atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que
- (A) podem ser sujeito ativo tanto o agente público, servidor ou não, como terceiro que induza ou concorra para a prática do ato ou dele se beneficie de forma direta ou indireta.
 - (B) apenas os agentes públicos, assim considerados os servidores e os detentores de mandato eletivo, podem ser sujeito ativo do ato de improbidade.
 - (C) podem ser sujeito passivo do ato de improbidade, além das entidades integrantes da Administração direta e indireta de todos os Poderes, também as entidades nas quais o erário haja concorrido para a formação do patrimônio, desde que em montante superior a 50%.
 - (D) pressupõe, como elemento objetivo, a ocorrência de dano ao erário e, como elemento subjetivo, dolo ou culpa do sujeito ativo e enriquecimento ilícito.
 - (E) pressupõe, como elemento objetivo, a ocorrência de dano ao erário ou a violação aos princípios da Administração e, como elemento subjetivo, conduta comissiva dolosa, independentemente de enriquecimento ilícito.
36. Determinado cidadão apresentou requerimento a órgão público, que restou indeferido pela autoridade competente, de forma fundamentada e observado o prazo legal para o exame do pleito. Ao tomar ciência da decisão, o cidadão, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal,
- (A) não possui direito a recurso, podendo, contudo, impugnar o ato judicialmente, com a interposição de mandado de segurança.
 - (B) poderá apresentar recurso, dirigido ao superior hierárquico daquele que proferiu a decisão, mediante o oferecimento de caução.
 - (C) poderá apresentar recurso, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que poderá reconsiderá-la, no prazo de 5 dias, ou, em caso negativo, encaminhá-lo à autoridade superior.
 - (D) não possui direito a recurso, mas apenas a pedido de reconsideração, dirigido à autoridade que praticou o ato, desde que fundamentado em elementos novos ou adicionais em relação àqueles que foram considerados na decisão original.
 - (E) poderá apresentar recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 5 dias, à autoridade que proferiu o ato ou ao superior hierárquico, respectivamente, ao qual será atribuído efeito suspensivo mediante o recolhimento de caução.
37. O Estado adquiriu imóveis em procedimento judicial (adjucação em processo de execução fiscal) e, em razão da natureza dos mesmos, não pretende afetá-los à finalidade pública, concluindo, assim, pela utilidade da alienação, de forma a obter recursos financeiros para a aplicação em atividades prioritárias. De acordo, com a Lei nº 8.666/1993, a alienação deve ser precedida de
- (A) avaliação e licitação na modalidade concorrência, obrigatoriamente.
 - (B) avaliação e licitação na modalidade concorrência ou leilão.
 - (C) autorização legislativa, avaliação e licitação na modalidade pregão.
 - (D) autorização legislativa, que deverá estabelecer o preço mínimo de alienação e licitação na modalidade leilão.
 - (E) autorização legislativa e licitação na modalidade leilão, dispensando-se a avaliação mediante a adoção do valor da avaliação judicial para fins de adjudicação.



38. De acordo com a Constituição Federal, constituem princípios aplicáveis à Administração Pública os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Tais princípios aplicam-se às entidades
- de direito público, excluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam em regime de competição no mercado.
 - de direito público e privado, exceto o princípio da eficiência que é dirigido às entidades da Administração indireta que atuam em regime de competição no mercado.
 - integrantes da Administração Pública direta e indireta e às entidades privadas que recebam recursos ou subvenção pública.
 - integrantes da Administração Pública direta e indireta, independentemente da natureza pública ou privada da entidade.
 - públicas ou privadas, prestadoras de serviço público, ainda que não integrantes da Administração Pública.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

Instrução: Para responder à questão de número 39, considere a Lei nº 8.112/1990.

39. Silvia exerce o cargo de analista judiciário (área administrativa) há mais de dez anos no Tribunal Regional Federal. Concorrendo a eleições, foi eleita Deputada Federal. Seu marido Diógenes é técnico judiciário, área administrativa, no Tribunal Regional Eleitoral. Ambos residem no Município de São Paulo. Nesse caso, poderá ser concedida licença a Diógenes para acompanhar Silvia que tomou posse junto à Câmara dos Deputados em Brasília, Distrito Federal. Diante disso, a licença de Diógenes será por prazo
- indeterminado, ou não, com ou sem remuneração, sempre a critério da Administração Federal, permitido o exercício de atividade em órgão público ou particular.
 - determinado, não excedendo a 8 (oito) anos, e sem remuneração, facultado o exercício em órgão da Administração Federal, em qualquer cargo disponível.
 - determinado, não excedendo a 8 (oito) anos, e com remuneração, vedado qualquer exercício em órgão ou entidade da Administração Federal.
 - indeterminado e sem remuneração, vedado qualquer exercício em órgão ou entidade da Administração Federal, mas permitido nas esferas estadual e municipal.
 - indeterminado e sem remuneração, facultado o exercício provisório em órgão da Administração Federal direta, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.

Instrução: Para responder à questão de número 40, considere a Lei nº 11.416/2006.

40. Mário é ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal, cuja atribuição está relacionada à execução de atos processuais de natureza externa. Ana Lúcia é ocupante do cargo de Agente de Segurança Judiciária, cuja atribuição está relacionada às funções de segurança. Nesses casos, essas identificações funcionais de Mário e Ana Lúcia são próprias, e respectivamente, dos cargos da Carreira de
- Analista Judiciário – especialidade execução de mandados e Auxiliar Judiciário – área administrativa.
 - Analista Judiciário – área administrativa e Técnico Judiciário – área judiciária.
 - Analista Judiciário – área judiciária e Técnico Judiciário – área administrativa.
 - Técnico Judiciário – área judiciária e Analista Judiciário – área administrativa.
 - Técnico Judiciário – área administrativa e Analista Judiciário – especialidade execução de mandados.

Administração Pública

41. Em seu sentido subjetivo, a administração pública pode ser definida como
- a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob o regime de direito público, para a realização dos interesses coletivos.
 - o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas ao qual a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.
 - os órgãos ligados diretamente ao poder central, federal, estadual ou municipal. São os próprios organismos dirigentes, seus ministérios e secretarias.
 - as entidades com personalidade jurídica própria, que foram criadas para realizar atividades de Governo de forma descentralizada. São exemplos as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
 - as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, se federal, criadas para exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.
42. Entidades administrativas, na administração pública brasileira,
- não possuem capacidade de auto-organização.
 - possuem autonomia política.
 - são pessoas jurídicas de direito privado.
 - não podem possuir autonomia financeira.
 - detêm apenas uma parcela limitada do poder político.
43. Para atender ao princípio constitucional básico da eficiência o agente público deve
- reduzir ao máximo os custos dos serviços públicos, independentemente da qualidade.
 - sempre utilizar a tecnologia mais avançada, independentemente do seu custo.
 - alcançar o melhor resultado possível no menor tempo e ao menor custo.
 - atender a todos de forma idêntica, independente das demandas individuais dos cidadãos.
 - prestar conta das atividades realizadas com clareza e presteza aos órgãos de controle.
44. Os poderes administrativos de um agente público
- podem ser exercidos segundo a sua conveniência.
 - podem ser aplicados sempre que os políticos assim determinarem.
 - devem ser exercidos obrigatoriamente quando determinar a lei.
 - constituem um direito de agir, condicionado ao princípio da impessoalidade.
 - configuram um imperativo moral a que todo cidadão está obrigado.



45. Com relação ao poder hierárquico, considere as afirmativas a seguir:

- I. O poder hierárquico tem como objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.
- II. Delegar é conferir a outrem delegações originalmente competentes ao que delega. No nosso sistema político são admitidas delegações entre os diferentes poderes.
- III. O poder hierárquico é privativo da função executiva, sendo elemento típico da organização e ordenação dos serviços administrativos.
- IV. Avocar é trazer para si funções originalmente atribuídas a um subordinado. Nada impede que seja feita, entretanto, deve ser evitada por importar desprestígio ao seu inferior.
- V. É impossível rever os atos dos inferiores hierárquicos, uma vez realizada a delegação, pois tais atos não podem ser invalidados em quaisquer dos seus aspectos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e V.
- (D) I, III e IV.
- (E) II, IV e V.

46. O poder disciplinar, na administração pública, se aplica

- (A) a todos os que cometerem atos de indisciplina nas vias públicas ou em prédios públicos.
- (B) aos servidores públicos e demais pessoas que possuem um vínculo especial com o poder público.
- (C) aos crimes cometidos por qualquer cidadão que receba recursos públicos.
- (D) apenas aos casos de quebra de hierarquia entre as autoridades políticas.
- (E) sem necessidade de prévia apuração por meio de procedimento legal.

Administração Financeira e Orçamentária

47. Em relação ao Orçamento Público, considere:

- I. A Lei Orçamentária Anual fixará despesas a serem realizadas em um período de um ano, inclusive aquelas a serem executadas pelas empresas de economia mista.
- II. A receita relativa ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) deve constar no orçamento dos governos estaduais pela diferença entre seu valor bruto e o valor da parte que deve ser transferida para os governos municipais.
- III. As despesas com Educação e Saúde devem compor o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social, respectivamente.
- IV. A Lei Orçamentária Anual poderá conter dispositivo para a autorização de contratação de operações de crédito, em caso de insuficiência momentânea de caixa durante o exercício financeiro.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

48. Os itens "Juros e Encargos da Dívida", "Administração Financeira" e "Passagens e Despesas com Locomoções" compõem, respectivamente, a classificação da despesa por

- (A) categorias econômicas, elementos de despesa e elementos de despesa.
- (B) categorias econômicas, funções e programas.
- (C) grupos de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elementos de despesa.
- (D) grupos de natureza de despesa, função e elementos de despesa.
- (E) categorias econômicas, programas e elementos de despesa.

49. Pode ser objeto do regime de adiantamento a despesa

- (A) com os salários dos juízes de um tribunal.
- (B) com o contrato de construção de um estádio de futebol no valor de R\$ 1 milhão.
- (C) referente a combustível e pedágios em viagens de funcionários a serviço.
- (D) a ser realizada por servidor já responsável por mais dois adiantamentos.
- (E) a ser realizada por servidor que tenha a prestação de contas de outro adiantamento impugnada.

50. Do Poder Executivo de um governo estadual, considere os dados levantados no dia 15 de dezembro do último ano de mandato do governador:

Despesa Fixada	9.000,00
Despesa Empenhada	8.600,00
Despesa Liquidada	8.350,00
Despesa Paga	8.000,00
Disponibilidade de Caixa Líquida (após inscrição em restos a pagar processados e antes da inscrição em restos a pagar não processados)	370,00

Em obediência à Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o poder executivo ainda poderá realizar despesas, em milhares de reais, no valor de

- (A) 20,00.
- (B) 120,00.
- (C) 250,00.
- (D) 350,00.
- (E) 370,00.

51. Em 02/01/X2, o Sr. Antônio, médico do Programa Saúde da Família, fez uma reclamação ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura por não ter recebido o auxílio transporte referente aos últimos cinco meses do exercício de X1. Verificada a procedência da reclamação, a despesa dela decorrente deve ser classificada, em janeiro de X2, como

- (A) despesa de exercícios anteriores.
- (B) pessoal e encargos sociais.
- (C) indenizações e restituições.
- (D) restos a pagar processados.
- (E) inversões financeiras.



52. No mês de novembro de X1, o setor de contabilidade informa ao ordenador de despesa de um determinado órgão público que não existem dotações suficientes para cobrir as despesas com pessoal no mês de dezembro do referido exercício. Sabendo que o excesso de arrecadação é suficiente para cobrir os gastos adicionais, para a realização da despesa deve ocorrer a

- (A) abertura de créditos suplementares, desde que haja autorização legislativa para tal.
- (B) solicitação de autorização legislativa para abertura de créditos especiais.
- (C) solicitação de autorização legislativa para abertura de créditos extraordinários.
- (D) abertura de créditos extraordinários e, em seguida, comunicação ao Poder Legislativo.
- (E) abertura de créditos suplementares e, em seguida, pedido de autorização ao Poder Legislativo.

Regimento Interno do TRE-SP

53. João é Juiz do TRE-SP pertencente à classe dos magistrados e Bento é Juiz do TRE-SP pertencente à classe dos advogados. Ambos estão encerrando seus biênios e, por tal razão, deixarão os respectivos cargos no referido Tribunal. O Presidente do TRE-SP deverá comunicar aos Tribunais competentes sobre a situação de João e de Bento, para a escolha dos novos integrantes, respectivamente, até

- (A) cinco e quarenta dias antes do término do biênio.
- (B) dez e quarenta e cinco dias antes do término do biênio.
- (C) dez e sessenta dias antes do término do biênio.
- (D) vinte e trinta dias antes do término do biênio.
- (E) vinte e noventa dias antes do término do biênio.

54. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, o Vice-Presidente do Tribunal, quando afastado de suas funções na Justiça Comum por motivo de férias,

- (A) permanecerá obrigatoriamente no exercício de suas funções eleitorais, ainda que o período das férias não coincida com a realização e apuração de eleição.
- (B) ficará obrigatoriamente afastado da Justiça Eleitoral pelo tempo correspondente, sem que qualquer Juiz o substitua nesse período.
- (C) poderá optar por permanecer no exercício de suas funções eleitorais, o que implicará em retribuição pecuniária.
- (D) poderá optar por permanecer no exercício de suas funções eleitorais, não implicando, todavia, em compensação futura.
- (E) será substituído pelo Procurador Regional Eleitoral durante o afastamento.

Noções de Direito Civil e Direito Processual Civil

55. Ribamar, advogado recém-formado, interpôs pela primeira vez um Agravo de Instrumento de competência do Tribunal de Justiça de São Paulo. Sua petição do agravo foi protocolada no oitavo dia corrido após a intimação da decisão agravada, estando instruída somente com a certidão de intimação da decisão agravada, com as procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado e com os comprovantes de recolhimento das custas e despesas processuais, tanto do ajuizamento da ação como da interposição do recurso. Ribamar, após dois dias do protocolo da distribuição do agravo, peticionou requerendo a juntada aos autos do processo de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso. Neste caso, Ribamar

- (A) não instruiu a petição de agravo de instrumento com todos os documentos que o Código de Processo Civil brasileiro considera obrigatórios, mas a protocolou dentro do prazo legal.
- (B) não instruiu a petição de agravo de instrumento com todos os documentos que o Código de Processo Civil brasileiro considera obrigatórios, e não a protocolou dentro do prazo legal.
- (C) instruiu a petição de agravo de instrumento com todos os documentos que o Código de Processo Civil brasileiro considera obrigatórios e a protocolou dentro do prazo legal.
- (D) instruiu a petição de agravo de instrumento com todos os documentos que o Código de Processo Civil brasileiro considera obrigatórios, mas não a protocolou dentro do prazo legal.
- (E) não requereu a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como, a relação dos documentos que instruíram o recurso, dentro do prazo legal.

56. O processo Laranja em trâmite perante a X Vara Cível do Foro Regional Y de São Paulo – SP está sem andamento processual por quinze meses em razão da negligência das partes. Neste caso, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro,

- (A) o processo Laranja poderá ser extinto com resolução do mérito.
- (B) o processo Laranja poderá ser extinto sem resolução do mérito.
- (C) o processo Laranja poderá ficar suspenso por até vinte e quatro meses, mediante intimação das partes.
- (D) as partes deverão ser condenadas em indenizar o Estado na multa administrativa de até três salários mínimos regionais.
- (E) as partes deverão ser condenadas em indenizar o Estado na multa administrativa de 3% sobre o valor da causa.



57. Jonas do Amor nasceu em Campinas. Com quinze anos mudou-se com seus pais para Sorocaba, onde casou com Sophia das Vidas e teve seu primeiro filho. Após dois anos, Jonas mudou-se para Presidente Prudente, onde nasceu seu segundo filho. Cinco anos após, Jonas descobriu que sua esposa estava sendo infiel e a assassinou dentro de sua residência. Pelo homicídio, Jonas foi processado e condenado, e está cumprindo pena na Penitenciária de Presidente Venceslau. Considerando que os pais de Jonas, sua esposa e filhos estão residindo atualmente na cidade de Itu, de acordo com o Código Civil brasileiro, o Domicílio de Jonas será em
- (A) Itu.
 - (B) Campinas.
 - (C) Presidente Prudente.
 - (D) Sorocaba.
 - (E) Presidente Venceslau.

Noções de Direito Penal e Direito Processual Penal

58. Tício está preso na Penitenciária de Presidente Venceslau, cumprindo pena por crimes de homicídio e sequestro, e responde a outro processo por crime de latrocínio na comarca de São Paulo, Capital. Há prova, nos autos, de que o agente integra uma facção criminosa e notícia de uma tentativa de resgate do detento durante o seu deslocamento até a cidade de São Paulo para participar de um determinado ato processual. Designada audiência de instrução, interrogatório, debates e julgamento, o Juiz que preside o processo que tramita contra Tício pelo delito de latrocínio, em decisão fundamentada,
- (A) deverá necessariamente realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com cinco dias de antecedência, assegurando ao preso a entrevista prévia e reservada com seu defensor, sendo dispensável o acompanhamento pelo preso de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, pela presença física de seu defensor no ato processual.
 - (B) deverá necessariamente realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com dez dias de antecedência, assegurando ao preso o acompanhamento de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, bem como entrevista prévia e reservada com seu defensor.
 - (C) poderá, em caráter excepcional, realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com cinco dias de antecedência, assegurando ao preso a entrevista prévia e reservada com seu defensor, sendo dispensável o acompanhamento pelo preso de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, pela presença física de seu defensor no ato processual.
 - (D) poderá, em caráter excepcional, realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com dez dias de antecedência, assegurando ao preso o acompanhamento de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, bem como entrevista prévia e reservada com seu defensor.
 - (E) deverá necessariamente realizar o interrogatório de Tício por meio de videoconferência, intimando-se as partes com cinco dias de antecedência, assegurando ao preso o acompanhamento de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento, bem como entrevista prévia e reservada com seu defensor.
-
59. Antônio, funcionário público de uma repartição pública da cidade de São Paulo responde a processo por crime de peculato culposo, após concorrer de forma culposa, para o desvio de R\$ 50.000,00 dos cofres públicos perpetrada por outro funcionário da mesma repartição. Por ser reincidente específico, Antônio não teve direito a qualquer benefício e foi condenado a cumprir pena de 06 (seis) meses de detenção em regime inicial semiaberto. Após a sentença irrecorrível, Antônio, arrependido, resolve reparar integralmente o dano causado, ressarcindo o prejuízo causado. Neste caso,
- (A) o Magistrado deverá declarar extinta a sua punibilidade.
 - (B) a pena aplicada a Antônio deverá ser reduzida à metade.
 - (C) a pena aplicada a Antônio deverá ser reduzida de 1 (um) a 2/3 (dois terços) por estar configurado o arrependimento posterior.
 - (D) Antônio não terá direito à redução da pena, tendo em vista que a reparação do dano ocorreu após a prolação da sentença.
 - (E) está caracterizada uma circunstância atenuante genérica prevista no Código Penal, que deverá ser considerada pelo Magistrado que atuar durante a fase de execução de sentença.
-
60. José é aprovado em concurso público para exercer o cargo de Investigador de Polícia, sendo devidamente nomeado pela Autoridade Pública competente. Antes de ser empossado no cargo, José, ciente de que na rua que reside existe um estabelecimento comercial do tipo bar, onde há comércio de substâncias entorpecentes, aborda o proprietário do estabelecimento e, declarando-se Policial Civil, exige o pagamento da quantia de R\$ 5.000,00 no prazo de 48 horas para não fazer a denúncia e desencadear uma operação policial naquele local. Neste caso, José comete crime de
- (A) concussão.
 - (B) prevaricação.
 - (C) corrupção passiva.
 - (D) exercício Funcional Ilegalmente Antecipado.
 - (E) extorsão, pois ainda não havia tomado posse no cargo de Investigador de Polícia.

**PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO**

Atenção: Deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

Escolha UMA (apenas uma) das seguintes propostas para elaborar a sua redação e identifique na Folha de Redação Definitiva, no campo apropriado para tal, o número da proposta escolhida.

PROPOSTA Nº 1

Uma das leis mais importantes no ordenamento jurídico brasileiro, a Lei de Improbidade Administrativa, que recentemente completou 18 anos, tem sido um marco no combate à corrupção no país. Subsiste, entretanto, muita polêmica em todos os meios que ela atinge, e o enfoque desta obra é, justamente, "desvendar alguns mistérios ainda recorrentes em tema de ação civil", e mostrar que há ainda inúmeros problemas práticos sem solução.

(Sinopse de livro sobre a Lei de Improbidade Administrativa, de autoria coletiva, publicado em 2010. www.rt.com.br/?sub=produto.detalhe&id=39684)

Não mais 18, mas prestes a completar 20 anos, a Lei de Improbidade Administrativa continua a causar quase tanta polêmica quanto na época em que atingia a maioria. Para estender a metáfora, não seria o caso de celebrar-lhe as qualidades da juventude, a despeito de seus arroubos juvenis, envidando esforços no sentido de levá-la um dia à maturidade e à sabedoria da idade avançada?

Considerando o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A Lei de Improbidade Administrativa: conquistas, problemas e desafios

PROPOSTA Nº 2

*Ao folhear um velho dicionário escolar Latino-Português, descobre-se que o verbo administrar, em Latim, tem como sentido próprio "auxiliar, ajudar, prestar auxílio, servir (alguém)", e como sentido derivado "ocupar-se de, cuidar de, executar", e ainda "governar, administrar, dirigir". Consultando um moderno Houaiss eletrônico, aprende-se que, em português, **administrar** significa "gerir, governar, dirigir (algo próprio ou não)", e ainda, dentre outras possibilidades, "atuar como administrador, dirigir". A reflexão sobre a administração pública faz com que o aficionado da semântica e da etimologia associe **administrar a cuidar, servir, serviço público, servidor público**, por um lado, e, por outro, a **governar e dirigir**. Mas se todas essas associações são mesmo possíveis, não seria preciso escolher, no caso da atividade administrativa no setor público, entre **realizar e gerir**?*

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A especificidade da atividade administrativa na Administração Pública



PROPOSTA ESCOLHIDA:

Nº:

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO